



REQUERIMENTO Nº 035

**Requer a delegação de competência
ao Presidente da Comissão para
determinar a realização de
diligências e sindicâncias.**

Excelentíssimos Senhores Membros da CPI da Saúde do DF,

Requeiro, nos termos do art. 68, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o inciso II do art. 73 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a delegação de competência ao Presidente da Comissão para determinar a realização de sindicâncias e diligências.

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que as CPI's objetivam 'reunir dados e informações para o exercício das funções constitucionais conferidas ao Parlamento' (FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Conflito entre poderes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994, p. 174).

Nesse diapasão, a prerrogativa de solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão (CF, art. 58, § 2º, V) e os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (CF, art. 58, § 3º) são outorgados pelo texto da Lei Maior às comissões parlamentares de inquérito, colegiados, e não aos seus membros individualmente considerados.

Destarte, com o fito de otimizar as atividades primárias da Comissão (determinar a realização diligências e investigações, ouvir indiciados e inquirir testemunhas sob compromisso), propõe-se que seja delegada essa competência ao Presidente.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PARLAMENTAR INQUÉRITO DA SAÚDE



Cumprе informar que a delegação se refere, tão-somente, a expedição das ordens para que sejam efetivadas as medidas investigatórias, de modo que não haja prejuízo às atividades rotineiras. Porquanto, sem a delegação, uma denúncia teria que aguardar aprovação, em reunião ordinária da Comissão, para que pudessem ser autorizadas as devidas ações decorrentes.

Em 14 de junho de 2016.

Deputado Wellington Luiz

Presidente

Deputado Lira

Relator

Deputado Cristiano Araújo

Vice-Presidente

Deputado Bispo Renato Andrade

Deputado Robério Negreiros

Deputado Roosevelt Vilela

Deputado Wasny de Roure